

O jovem Marx e a educação

Fábio José de Queiroz¹
Frederico Jorge Ferreira Costa²

Resumo: Propomo-nos, neste artigo, examinar os possíveis nexos entre a produção intelectual do jovem Marx e a educação. Partindo-se do pressuposto de que Marx jamais escreveu uma obra diretamente voltada ao tema da educação, trata-se, em última análise, de buscarmos vestígios, trilhas e, portanto, problemáticas que nos permitam fazer florescer estudos em torno dessa questão à luz de uma leitura imanente da obra marxiana, tomando como referência três trabalhos da juventude de Marx: *Para a questão judaica*, *Crítica à filosofia do direito de Hegel – Introdução* e, por fim, os *Manuscritos econômico-filosóficos*.

Palavras-chave: Jovem Marx; Educação; Problemáticas.

THE YOUNG MARX AND EDUCATION

Abstract: In this article, we propose to examine the possible links between the intellectual production of the young Marx and education. Starting from the assumption that Marx never wrote a work directly focused on the theme of education, we ultimately seek traces, clues, and therefore issues that allow us to develop studies on this question in light of an immanent reading of Marx's work, taking as reference three works from Marx's youth: *On the Jewish Question*, *Critique of Hegel's Philosophy of Right - Introduction*, and, finally, the *Economic and Philosophic Manuscripts*.

Keywords: Young Marx. Education. Issues.

EL JOVEN MARX E LA EDUCACIÓN

Resumen: Nos proponemos, en este artículo, examinar los posibles nexos entre la producción intelectual del joven Marx y la educación. Partiendo del presupuesto de que Marx jamás escribió una obra directamente enfocada en el tema de la educación, se trata, en última instancia, de buscar vestígios, huellas y, por tanto, problemáticas que nos permitan hacer florecer estudios en torno a esta cuestión a la luz de una lectura imanente de la obra marxiana, tomando como referencia tres trabajos de la juventud de Marx: *Sobre la cuestión judía*, *Crítica de la filosofía del derecho de Hegel – Introducción* y, por fin, *los Manuscritos económico-filosóficos*.

Palabras-clave: Joven Marx. Educación, Problemática.

¹ Doutor em Sociologia, Universidade Regional do Cariri (URCA), líder do Grupo de Pesquisa Marx, Classes Sociais, Estado, Ideologia e Revolução (URCA), Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8605567744965736>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9851-3423>, e-mail: jabioqueiroz@urca@gmail.com.

² Doutor em Educação, Universidade Estadual do Ceará (UECE), líder do Grupo de Pesquisa Ontologia do Ser Social, História, Educação e Emancipação Humana (GPOSSHE), Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7944751664196175>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8357-4557>, e-mail: frederico.costa@uece.br



1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, exploramos os possíveis nexos entre a produção intelectual do jovem Marx e a educação. Partindo-se do pressuposto de que Marx jamais escreveu uma obra diretamente voltada a temas como pedagogia, ensino e educação, trata-se, em última análise, de buscarmos vestígios e trilhas que nos permitam fazer florescer estudos em torno desses assuntos à luz de uma leitura imanente da obra marxiana.

Sobre as relações entre o jovem Marx e a Educação, este texto toma como esteio três trabalhos-chave do autor escritos no intervalo de tempo que se estende de 1843 a 1844: a *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução, Para a questão judaica* e os *Manuscritos econômico-filosóficos*.

O texto foi dividido em três seções: *Marx e a educação: prolegômenos*, “O Jovem Marx” e “O jovem Marx”: *pressupostos para educação*. Como se trata dos resultados de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, evitamos empregar a fórmula clássica das conclusões ou considerações finais.

2 MARX E A EDUCAÇÃO: PROLEGÔMENOS

Este artigo não tem a intenção de oferecer uma dezena de objetos de pesquisa aos seus leitores, mas tão só rastros e indícios de temas, situações e problemas que, presentes na obra de Marx, possam iluminar intuições com relação a futuras investigações no campo que encadeia Marx e educação, entendendo a educação como uma atividade própria dos seres humanos, dotada de uma determinada especificidade.

No mais, este texto nos remete diretamente ao que chamaremos de “pedagogia marxiana”, nome que damos, com base no estudo de Mario Manacorda (2007), à pedagogia inerente ao pensamento do próprio Marx, distinta, portanto, da “pedagogia marxista” referida na tradição construída a partir de Marx por seus seguidores (Manacorda, 2007). Nesses termos, este artigo abarca tudo aquilo que nomeamos de “pedagogia marxiana”.

Nesse universo, devemos considerar que, nas obras de Marx, identificamos os elementos ou fundamentos de uma concepção marxista da educação, mas não exatamente uma concepção marxista da educação, embora, ao longo do tempo, sobretudo a partir do século XX, “uma teoria mais coerente da educação foi gradualmente construída sobre esses fundamentos” (Bottomore, 2011, p. 122).

Isso expresso, de imediato, vamos a uma controvérsia: Não é Marx um autor do século XIX cujas análises já estão ultrapassadas? Logo, esses fundamentos ainda teriam algum sentido para o século XXI?

Não faz tanto tempo assim. Sartre disse que o marxismo é a filosofia viva e insuperável de nossos tempos. Dermeval Saviani (2007), ao escrever o prefácio do livro de Manacorda, *Marx e a pedagogia moderna*, retomou esse assunto:

Esta ideia de Sartre se ancora na consideração de que uma filosofia é viva enquanto expressa a problemática própria da época que a suscitou e é insuperável enquanto o momento histórico de que é expressão não tiver sido superado. Ora, os problemas postos pelo marxismo são os problemas fundamentais da sociedade capitalista e enquanto estes problemas não forem resolvidos/superados não se pode falar que o marxismo terá sido superado (Saviani, 2007, p. 15).

De plano, afiançamos o nosso acordo com as palavras do educador brasileiro, e exatamente por concordar com essa leitura de Saviani acerca da célebre frase do Jean Paul Sartre é que nos propomos a escrever este artigo, oferecendo às pessoas interessadas na temática um ligeiro esboço da pedagogia inerente ao pensamento do próprio Marx, buscando nos fundamentos marxianos um pilar, ainda que microscópico, para novas e necessárias investigações no amplo espaço social da educação, seja no sentido estrito, seja no sentido mais amplo.

Evidentemente, e, de certo modo, seguindo as pegadas do Saviani, não se trata de tomar as contribuições do Marx como verdades acabadas e incontestes, isto é, como dogmas. Queremos explorar essas contribuições de Marx de maneira aberta e crítica, inclusive sabendo que parte do que discutimos ao longo deste texto não estava direcionada diretamente ao mundo da educação. Foram questões que Marx levantou e que, em grandes linhas, pensamos que podem ser úteis a toda pessoa que, em uma perspectiva crítica e dialética, pretenda desenvolver estudos no campo da educação.

Marx não ofereceu um projeto de pesquisa completo para o campo da educação. No máximo, ele nos deixou pistas, trilhas, vestígios, indícios, como sugerimos no começo desta exposição. Foi a partir disso que intelectuais marxistas como Krúpskaia, Gramsci, Manacorda e Saviani, só para citar alguns, desenvolveram as suas ideias no plano da educação.

Creemos que há um consenso entre os estudiosos dessa temática. As contribuições do Marx não são um ponto de chegada, mas um ponto de partida. A pesquisa não acaba em Marx, mas parte de suas contribuições, até porque há uma pedagogia inerente ao seu pensamento, retomando-se o raciocínio de Manacorda (2007).

De imediato, queremos deixar nítido que, ao longo da exposição, manifestamos o nosso modo próprio de interpretar o pensamento do Marx, lembrando-nos da advertência de Mario Manacorda (2007) de que Marx não tem dono, logo, não há uma única interpretação para os seus textos.

Prontamente, supomos que há um pensamento educacional em Marx, ainda que jamais ele o tenha apresentado de modo específico, ordenado e sistemático em uma obra determinada, sequer algo no estilo de manuscritos pedagógicos. Estamos considerando uma situação na qual

Marx e Engels nunca escreveram um texto – folheto, livro ou artigo – dedicado expressamente ao tema do ensino e da educação. Suas referências sobre estas questões aparecem separadas ao longo de sua obra, tanto nos escritos de sua juventude como nos de sua maturidade, tanto nos Manuscritos como em O Capital (Marx; Engels, 2004, p. 9).

De qualquer modo, mesmo sem constituírem nenhum sistema pedagógico, o enigmático autor do citado prefácio dirá que, em seu longo trabalho comum de 40 anos, Marx e Engels se moveram em um horizonte bem concreto: criticar a instituição escolar vigente e mudá-la. Mais do que isso, a nosso ver, a reflexão que eles desenvolveram pode servir de argamassa teórico-metodológica para as pessoas que dedicam os seus estudos a assuntos e problemas que dizem respeito ao tema da educação.

Enfim, sobre toda essa celeuma em torno da atualidade ou não atualidade de Marx e até mesmo do marxismo, e da outra controvérsia relacionada ao fato de se Marx aporta ou não para os estudos nos domínios da educação, não custa recordar o que disse o velho Lukács (1970 apud Sartori, 2017, p. 244): “[...] o marxismo, longe de estar esgotado, mal começou.

Em todo caso, e paradoxos à parte, o marxismo deve ser desenvolvido à medida que nós estudamos coisas que Marx não foi capaz de estudar”.

3 “O JOVEM MARX”

Nesta seção, dedicamo-nos ao estudo do jovem Marx e aos possíveis impactos que isso pode ter no âmbito pedagógico e na educação. De imediato, cabe uma digressão acerca do interminável debate em torno das noções de jovem Marx e de Marx da maturação. Louis Althusser (2015) escreveu em *Por Marx* que a exegese do jovem Marx foi no início o privilégio e a cruz dos marxistas ocidentais. Depois, essa obstinação se espalhou para o outro lado do mundo.

Para Althusser, os termos do debate eram se o jovem Marx era já Marx e todo Marx. Pensamos que o jovem Marx já era Marx, evidentemente, mas não todo Marx, uma vez que o pioneiro do materialismo histórico não cessou um segundo de se aprimorar e de abrir novas possibilidades em seus estudos, que, em última análise, guardavam estreita relação com o desenvolvimento da realidade e do seu relacionamento com ela.

Kevin Anderson (2019), em sua obra *Marx nas margens*, chama a nossa atenção para o último Marx, que não concluiu a sua última tarefa, a de estudar a fundo sociedades não ocidentais e pré-capitalistas. O exame das formas comunais na Rússia se insere vivamente nesse contexto recuperado por Anderson, que nos mostra um último Marx, explorando paisagens históricas para muito além da Europa, pondo abaixo o mito de que seu trabalho se reduziu às pessoas e às coisas desse continente.

Feito esse registro, evocamos que a preocupação do Althusser era com o uso que se fazia do jovem Marx para contrapor-lo ao Marx da maturação, ao Marx de *O Capital* e até para além disso. Sob essa lógica, é possível entender a inquietude e o cuidado do filósofo francês.

Ademais, para Louis Althusser, o papel decisivo na evolução intelectual do jovem Marx foi determinado pela descoberta da luta de classes, na França, e do capitalismo, na Inglaterra, por meio de Engels nesse último caso. Portanto, Marx não evoluiu a partir de um

processo de superação, segundo Althusser, mas por meio dessas descobertas. Por isso, para ele, há uma ruptura epistemológica, um corte radical entre o jovem Marx – humanista, ideológico e filosófico – e o Marx maduro, que marcaria a sua fase científica.

Na razão inversa, Mèszàros (2008, p. 93), em *Filosofia, ideologia e ciência social*, respondeu duramente a Althusser, sem citá-lo diretamente: “Falar sobre a ‘fase filosófica juvenil’ de Marx em oposição à sua posterior imersão na ‘ciência’ e na ‘economia política’ é uma grosseira deturpação baseada na ignorância espantosa ou distorção de fatos bastantes elementares”. Na perspectiva formulada por Mèszàros, a hipótese dos dois Marxs separados por uma linha quebrada incondicional e absoluta deveria ser abandonada, pois ela seria uma deturpação ou distorção. Não que os textos do jovem Marx devessem desembocar forçosamente na obra marxiana da maturidade, mas o certo é que, de algum modo, por inumeráveis intermediações e mediações, eles desembocaram. Desse modo, há elementos dos *Manuscritos econômico-filosóficos* em *A ideologia alemã*, de *A ideologia alemã* em *A miséria da filosofia* e no *Manifesto Comunista* e da *Miséria da filosofia* e do *Manifesto na Contribuição à crítica da economia política* e elementos desse último trabalho em *O Capital*. Marx não nasceu pronto, muito menos o materialismo histórico. O fato é que há um liame em toda obra de Marx. Não que isso não tenha se dado sem contradições, sem acertos de contas com determinados legados, sem qualquer nível de ruptura, sem curvas, em uma eterna linha reta. Longe disso, do humanismo radical do jovem hegeliano até o comunismo maduro da Primeira Internacional é toda uma estrada sinuosa sem necessariamente se traduzir em uma linha inteiramente quebrada, representada por dois e não um Marx.

Isso evidencia que nem o sujeito, nem o objeto estão prontos de partida. Em suas trajetórias, eles estão se moldando todo o tempo. Nelas, objetividade e subjetividade interagem permanentemente. Nesse sentido, é despropositado debater se no jovem Marx já temos todo Marx. Nem no Marx de *O Capital* temos todo Marx, embora tenhamos um Marx mais completo. De qualquer forma, não há consenso entre os marxistas sequer onde começa e termina o jovem Marx. Há inclusive distintos modos de demarcar ou delimitar a sua extensa obra, embora apenas cinco livros de Marx tenham sido publicados enquanto ele estava vivo.

Isso expresso, lendo Michael Löwy (2002), em *A teoria da revolução no jovem Marx* percebemos, de modo rápido, que, para ele, o jovem Marx começa com o autor dos textos da Gazeta Renana, no começo da década de 1840, e se encerra com as obras de fins dos anos 1840: de *A Ideologia alemã*, escrita em parceria com Engels, à *Miséria da filosofia* e ao *Manifesto comunista*. Assim, a trajetória do jovem Marx se estende de 1842 a 1847-1848, quer dizer, dos 24 aos 29-30 anos de idade aproximadamente.

Celso Frederico (2009), em *O jovem Marx*, parte da dissolução do legado hegeliano, traduzido na *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, de 1843, passa pelo processo no qual Marx distingue emancipação política de emancipação humana (Para a questão judaica), avança para o encontro do Marx com a economia política (Manuscritos econômico-filosóficos) e fecha com a invenção da ontologia materialista estampada em *A Ideologia Alemã* e nas *Teses sobre Feuerbach*. Grosso modo, a partir disso Marx transitaria para a maturidade.

Ambos, todavia, concordam que, nesse período, Marx transitou paulatinamente de posições democráticas radicais para o comunismo. Essa passagem para o comunismo, segundo Löwy (2002), estendeu-se de 1842 a 1844.

Enfim, há “n” divisões da trajetória de Marx, mudando conforme o autor que o estuda. Mandel (2023), por exemplo, no livro *Marxismo: uma introdução*, apresenta um detalhamento um pouco incomum do percurso geral marxiano. Em lugar de se referir a um jovem Marx e a um Marx maduro, ele cita oito grandes etapas da “história” de Marx. A primeira se desdobra de 1837 a 1843, sendo marcada pelo democratismo radical. A segunda abarca o período de 1843 a 1844, correspondendo à passagem da ideia de uma emancipação política para uma outra: a de emancipação social. Três textos estariam na base dessa transição: *Para a questão judaica*, a *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução* e os *Manuscritos econômico-filosóficos*. Neste artigo, trabalhamos exatamente esse período e essas obras, bem como os seus possíveis rebatimentos no campo da educação.

Ainda para Mandel (2023), de 1845 a 1848, ocorreu a terceira fase, quando Engels e Marx (sobretudo) formularam os fundamentos do materialismo. Por isso, nessa perspectiva, antes de explorar o Manifesto, é muito importante ler *A ideologia alemã*, *Teses sobre Feuerbach* e *A miséria da filosofia*, textos nos quais aparecem os fundamentos do materialismo marxiano.

A quarta fase, de 1848 a 1850, marcou a passagem da Revolução Burguesa à Revolução Proletária, em que assomam trabalhos como o Manifesto comunista (redigido por Marx e Engels) e a célebre Mensagem ao Comitê Central da Liga dos Comunistas de 1850. De 1850 a 1852, na quinta fase, Marx fez o balanço da vaga revolucionária, das lutas de classes e das lutas políticas que marcaram esse momento histórico.

O sexto momento estabelece um nexos direto com dois trabalhos teóricos quase lendários, *Os Grundrisse* e *A contribuição da crítica à economia política*, redigidos em fins dos anos 1850. Por fim, na visão de Mandel (2023), as duas fases que concluíram essa trajetória de Marx passaram pelos anos 1860, com a escrita de *O Capital* e as *Teorias da mais-valia*, e pelos seus últimos 15 anos de vida, momento em que produziu *A crítica ao programa de Gotha* (com grande peso ao tema da educação) e *A guerra civil em França*. Nesse último caso, ao invés de apresentar um programa abstrato para educação, Marx preferiu trazer a lume o programa para educação aplicado pela Comuna de Paris.

Feito esse adiantamento, apoiemo-nos em seus escritos de 1843 a 1844, a célebre passagem da emancipação política para a social, quando redigiu *Para a questão judaica*, entre o final de 1843 e os primeiros meses de 1844, *Crítica a filosofia do direito de Hegel – Introdução*, entre dezembro de 1843 e janeiro de 1844, e os *Manuscritos econômico-filosóficos*, escritos inteiramente em Paris em de 1844, por isso a célebre expressão Cadernos de Paris.

É perceptível como Marx evolui de um texto para outro. No espaço de aproximadamente um ano, ele descobriu o proletariado, a economia política e o comunismo. No primeiro momento, o proletariado foi a base passiva para realização da filosofia. No segundo momento, essa classe despontou como um ser ativo, um sujeito revolucionário, conforme a correta descrição do Celso Frederico (2009). Nesse devenir, Marx avançou da crítica à religião para a crítica à política e da crítica à política para a crítica à economia. Dito de outro modo, a pesquisa foi redimensionando o objeto. Decorre disso a célebre frase da obra *Introdução à crítica a filosofia do direito de Hegel*: “A crítica para si não necessita de ulterior elucidação desse objeto, porque já o compreendeu” (Marx, 2010a, p. 147). Eis a base da nossa próxima seção. Nela, o jovem Marx, em sua passagem dos 25 para os 26 anos, foi o

foco da nossa análise. A partir dela, almejamos fornecer um quadro conceitual empiricamente fundamentado para presumíveis e propositadas pesquisas no âmbito da educação.

4 “O JOVEM MARX”: PRESSUPOSTOS PARA EDUCAÇÃO

Marx, desde sempre, defendeu uma formação ominilateral, em franca oposição à unilateralidade imanente ao capitalismo e ao seu regime de propriedade privada, assente na alienação do trabalho, na recorrente dualidade técnica-intelecto, nos limites impostos, enfim, pela divisão do trabalho. Para um marxista, não custa ressaltar que o trabalho é fundante, e isso não está em questão, mas, como indicaram os teóricos do materialismo histórico, de Marx e Engels à Lukács e Mészáros, o trabalho existe em formas sociais concretas, a exemplo da formação social capitalista e do seu modo de produção correspondente. Aliás, Marx não estudou um modo de produção abstrato pairando para além da história, e sim dedicou quase metade de seu percurso de vida ao estudo do capitalismo, demonstrando que, no modo de produção que lhe é inerente, o labor, o *labeur* ou o *arbeit* (não interessa as suas grafias e pronúncias) significa o martiricídio da classe trabalhadora.

Não por acaso, Marx escreveu na *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*: “É preciso ensinar o povo a se aterrorizar diante de si mesmo, a fim de nele incutir coragem” (Marx, 2010a, p. 148). Sem esse método, não há como fazer frente a um quadro tão doloroso, tão atroz, tão complexo, tão dantesco e tão contraditório. Uma formação ominilateral é necessariamente subversiva, revolucionária. Até por isso, os pressupostos pedagógicos marxianos sempre encontraram um bloqueio na porta das universidades e das escolas (só falta uma placa com os seguintes dizeres: ao entrar aqui, deixe do lado de fora o seu marxismo), uma vez que, para as classes dominantes, o papel das instituições de ensino deve ser eminentemente reprodutivo.

De qualquer modo, de imediato, isso já sugere alguns problemas. Por exemplo: Como realizar a formação ominilateral do ser social em um contexto histórico que se cristaliza sob o signo da alienação do trabalho? Atualizando a questão para o capitalismo de plataforma: Como pensar a formação ominilateral sob o horizonte da miragem empreendedora? Quais

os desafios da educação crítica à luz da recorrente e abrumadora dualidade técnica-intelecto? Nessa perspectiva, é possível uma educação genuinamente científica e historicamente crítica nos limites impostos pela divisão do trabalho?

Partindo dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, que relações podemos estabelecer entre propriedade privada, dinheiro, acumulação, exploração, pauperização e evasão escolar? Ou que relações podemos estabelecer entre propriedade privada, dinheiro, acumulação, exploração, pauperização e os processos de desigualdade e exclusão no ambiente escolar?

Disso derivam outras questões: Como a desigual distribuição de recursos na sociedade interfere nos processos de desigualdade e de exclusão no ambiente escolar? Em que medida o método do materialismo histórico pode contribuir para analisar o sistema de educação no capitalismo? Como a luta de classes, como fonte primária de dinamismo e mudança histórica, pode contribuir para alterar as atuais condições do sistema de ensino no Brasil? Até que ponto o processo formativo do indivíduo é moldado por condições materiais e a experiência prática?

Marx, sobretudo em suas primeiras obras, nos fornece mais materiais, ferramentas, pistas e problemas do que propriamente uma abordagem sistemática da escola, do ensino, das práticas pedagógicas e da educação como um todo. A título de ilustração: Marx nos permite estabelecer conexões entre as categorias de ter e não ter e as desigualdades e as exclusões inerentes ao sistema de ensino. As categorias de ter e não ter estão na base de algumas análises que o jovem Marx realizou nos *Manuscritos econômico-filosóficos* e mesmo em *A sagrada família*, que não é objeto desta exposição.

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx (2010b) se refere ao trabalhador no capitalismo como alguém, no plano subjetivo, totalmente perdido de si. Como fazer esse trabalhador se encontrar? A escola, o ensino, a prática pedagógica e a educação como um todo podem ser o caminho para que esse trabalhador, totalmente perdido de si, possa se encontrar? Qual a relação desse problema com o fato de que Marx entende a formação humana como algo que extrapola o universo escolar e a educação institucionalizada?

Embora isso não nos impeça de querer saber como a educação, na condição de um complexo ou em sua especificidade, pode contribuir para formação de um indivíduo, no caso

o trabalhador ou a trabalhadora, em que suas propriedades humanas o são apenas na medida em que o são para o capital. Será que o caminho é o apresentado por essas instituições criadas pelo empresariado para criar soluções para os problemas da educação pública, permeadas de tecnicismo e de abrandamento dos estudos de humanidade?

É importante uma advertência. Não é nossa pretensão responder integralmente às indagações que estamos lançados no transcorrer do nosso percurso, uma vez que os problemas que elas suscitam equivalem – em grandes linhas – a centelhas de estudos que podem ser desenvolvidos à luz do impulso ocasionado pela leitura imanente da obra marxiana. De feito, essa é a expressão máxima que se descortina deste texto.

Consumada essa advertência, voltemos ao fulcro dos nossos problemas. A produção, segundo Marx (2010b), nos Manuscritos econômico-filosóficos, produz o homem precisamente como um ser desumanizado. Assim, qual o papel da educação pensada em uma perspectiva emancipadora? Preparar os filhos e as filhas dos trabalhadores e das trabalhadoras para o mercado de trabalho? Ora, o que seria isso senão mais do mesmo, formando novos indivíduos para a produção que seguirá com a sua tarefa de desumanizar esses indivíduos?

Essa é a lógica da formação no capitalismo e, para Marx (2010b), ela é deformação ou o embrutecimento tanto de um ponto de vista como de outro, ou seja, tanto do ângulo dos trabalhadores como dos capitalistas. O capitalismo embrutece e deforma os seres de ambas as classes. Corpos e espíritos são deformados pelo capitalismo, como conjectura o teórico. Desse modo, como defender a beleza das relações humanas em um mundo em que os corpos e os espíritos são deformados? Como realizar o processo de formação em um mundo que a tudo deforma?

Uma das saídas que a burguesia encontrou foi a de bifurcar a escola. Uma escola para os pobres e uma escola para os ricos. Mais do que isso, faz uma reforma atrás da outra que, ao fim e ao cabo, esmaga a escola do pobre e preserva a do rico. A Pedagogia Histórico-Crítica apresenta outro caminho: permitir aos filhos e as filhas da classe trabalhadora o acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade.

A partir daqui podemos avançar em nossas problematizações. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx (2010b) assinalou os nexos entre a superação da propriedade privada e a emancipação humana. Como isso pode ser relacionado aos estudos em torno de um projeto de educação emancipatória? Do mesmo modo, como pensar a educação como relação humana objetiva ou natureza humanizada e como tarefa teórica e prática, com a humanização dos sentidos, em contraposição às noções mais recentes que ligam a escola e a sua pedagogia às teorias da competência, à teoria do professor reflexivo e à pedagogia do aprender a aprender?

Aqui, podemos largar um pouco os *Manuscritos econômico-filosóficos* para não ficarmos com as mãos grudadas neles. Na *Crítica à filosofia do direito de Hegel – Introdução*, Marx (2010a) declarou: *Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz para o homem, é o próprio homem*. Ora, o que almejam essas tendências pedagógicas há pouco citadas, salvo apresentar soluções mirabolantes que se recusam a agarrar a coisa pela raiz?

O velho Marx examinou a sua Alemanha, filosoficamente emancipada, mas não politicamente, ainda que a emancipação política como revolução seja apenas parcial. Marx definiu isso com uma frase magistral: “[...] a Alemanha se encontrará, um belo dia, no nível da decadência europeia sem que jamais tenha atingido o nível da emancipação” (Marx, 2010a, p. 153).

Diante da incapacidade revolucionária da burguesia germânica, cabe ao proletariado, aquele que não é nada e tem de ser tudo, a tarefa de completar a revolução parcial e, em seguida, já se lançar a tarefa da revolução social, apontando para a emancipação humana universal.

E qual o lugar da educação nesse processo? Respeitar o processo até a escala da revolução política ou adotar, de feito, um papel emancipador? A análise mais geral pode servir de ponto de largada para uma análise particular do potencial do processo educacional em termos de um papel emancipador ou não. O fato é que a libertação não pode se dar apenas do ponto de vista da teoria. É preciso ficar explícito que não pode haver emancipação quando a vida prática é desprovida de espírito e a vida espiritual é desprovida de prática. Ou a educação é pensada como uma prática social determinada ou ficará refém apenas das coisas

do espírito (o saber pelo saber, a consciência pela consciência, a formação pela formação). Isso não é pegar a coisa pela raiz. E se a raiz “é o próprio homem”, a educação que não aponte para a humanização do indivíduo se vê refém de uma mudança apenas parcial, nos limites da ordem social, negando-se a desempenhar um papel emancipador.

Em *Crítica da filosofia do direito em Hegel – Introdução*, Marx (2010a) ainda acreditava que a filosofia era a cabeça, a parte ativa do processo, e o proletariado era o coração, a parte receptora, passiva. As lutas de classes e a sua investigação o levaram, posteriormente, a compreender que essa realidade era profundamente mais complexa.

Os *Manuscritos econômico-filosóficos*, por onde começamos esta seção, são o coroamento de seu trânsito político de 1843 a 1844. Dos três trabalhos que servem de arrimo a esta exposição – os *Manuscritos econômico-filosóficos*, a *Crítica da filosofia do direito em Hegel – Introdução* e *Para a questão judaica* –, o que, de certo modo, abriu caminho foi o último.

Aqui, fazemos uma observação: Marx e Engels são alemães. Ora, quem eram os alemães naquele momento da história? José Paulo Netto (2009) tenta nos oferecer uma resposta a essa problemática, a partir do jovem Marx e do seu livro *Para a questão judaica*, do qual escreveu o prólogo da edição publicada pela editora Expressão Popular. Assim, apoiando-se em Marx, Netto (2009) destaca que, à época, os alemães eram contemporâneos da revolução na história, sem sê-lo na política. Na política, eram extemporâneos. Nesse devir, quem era o jovem Marx: “[...] um democrata radical em trânsito para o comunismo” (Netto, 2009, p. 18). O autor acrescenta que era preciso “[...] ir além da filosofia para intervir ativamente na realidade social” (Netto, 2009, p. 20). Nesse movimento, Marx ainda articulou a sua reflexão a partir de três pensadores: Hegel, Feuerbach e Moses Hess.

Primeiramente, Marx passou três meses em Kreuznach, um “momento decisivo de sua evolução intelectual”. Segundo Netto (2009), Marx estudou Maquiavel, Rousseau e Montesquieu e, nesse ínterim, escreveu a crítica à teoria hegeliana do Estado. Foi nesse momento de definição teórico-filosófica que Marx elaborou o *Para a questão judaica*, começando a redigi-lo nos últimos meses de 1843 e concluindo-o por volta de abril de 1844.

O seu amigo Bauer, de quem divergiu e manteve os laços de amizade até a morte do amigo, escreveu *Para a questão judaica*, defendendo que a emancipação religiosa condiciona a

emancipação política. Analisando a polêmica do Marx com o Bauer, José Paulo Netto (2009, p. 23) enfatizou que “A abordagem marxiana desloca a problemática do campo religioso para o campo imediatamente político”.

Entendendo ser importante ter a medida exata das coisas, Marx (2009) buscou determinar a emancipação que está em jogo. Por isso, partindo de sua admirável análise, ao relacionarmos educação e emancipação, é necessário indagarmos de que emancipação estamos falando.

Marx (2009) categorizou que, no Estado, o homem é o membro imaginário de uma soberania imaginária. A emancipação política, uma conquista prodigiosa da revolução burguesa, não é, pois, a emancipação humana. Por isso, no centro do programa do comunismo está o tema da emancipação humana. Uma educação emancipadora, certamente, deve pensar a emancipação para além da questão política, apontando necessariamente para a humana.

Falando aos judeus e respondendo a Bruno Bauer, Marx (2009, p. 59-60) afirmou: “Se vós, judeus, quereis ser politicamente emancipados sem vos emancipardes vós próprios humanamente, as meias-tintas e a contradição não residem apenas em vós, elas residem na essência e na categoria da emancipação política”. Marx apoiou incondicionalmente a emancipação política dos judeus sem exigir que renunciassem à sua religião, desfazendo, aliás, as acusações de que ele seria um antissemita. Ademais, Marx era judeu. Para ele, naquele momento, a questão mais vital era apontar para os limites de uma emancipação puramente cívica e política. Por isso, afirmou: “Não basta de modo algum investigar quem deve emancipar, quem deve ser emancipado. A crítica tinha uma terceira coisa a fazer. Tinha de perguntar: de que espécie de emancipação se trata?” (Marx, 2009, p. 44). O teórico investigou a relação da emancipação política com a humana. Por isso, quando se liga educação e emancipação, é necessário indagar de que espécie de emancipação se trata. Poderíamos também perguntar: Qual a relação entre educar e humanizar? Há uma educação que não seja humanização?

Para Marx (2009), a emancipação política não é o modo consumado, desprovido de contradição e da emancipação humana. Isso é visível, inequívoco. Ele quer todo o tempo

nos advertir dos limites da emancipação política. “O Estado pode, portanto, ter se emancipado da religião, mesmo quando a esmagadora maioria ainda é religiosa” (Marx, 2009, p. 48). Uma manifestação particular desse fato pode ser observada nos Estados Unidos. A questão de fundo, contudo, é que o Estado é o mediador dessa emancipação, e Marx falou de uma cisão mundana entre o Estado político e a sociedade civil, entre a comunidade política e o homem egoísta, entre o cidadão e o indivíduo, isto é, entre a vida genérica e a vida individual.

Decorre disso a seguinte afirmação de Marx (2009, p. 71): “Toda emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, a indivíduo egoísta independente; por outro, a cidadão, a pessoa moral”. Nem por isso Marx negou o progresso que representa a conquista da emancipação política: “A emancipação política é, sem dúvida, um grande progresso [...]”, embora não seja a última forma da emancipação humana. Para ser mais exato, “A emancipação política não é propriamente a emancipação humana” (Marx, 2009, p. 60). Em suma, os vetores emancipatórios contidos em ambas não impõem um significado semelhante às duas. Segundo Marx, só quando o indivíduo humano não separa mais de si a força social na figura da força política, “[...] é só então (que) fica consumada a emancipação humana” (Marx, 2009, p. 72).

Nesse texto, Marx transitou da crítica religiosa ao âmbito da crítica política no rumo da crítica da economia política, da qual ele se ocupou ao longo de quatro décadas. Dele é possível aproveitar, nas pesquisas educacionais, sobretudo, a ampliação do escopo de emancipação, conceito-chave recorrentemente explorado no campo da educação. Mas de que emancipação estamos falando? O pesquisador tanto pode ligar os fios da pesquisa ao conceito de emancipação política como ampliá-lo à luz da contribuição que Marx nos oferece em seu texto.

Na reta final da ditadura, no Brasil, houve muita pesquisa estabelecendo liames entre educação e emancipação política, a retomada da democracia representativa, das liberdades políticas, do direito de elaborar um novo documento constitucional e de eleger o presidente da República. Todavia, a educação libertadora não é a que se propõe parar a caminhada na gare da emancipação política. O trem precisa seguir em frente. A gare da emancipação política

não é a e da emancipação humana. A emancipação humana começa com a emancipação política, mas passa forçosamente pela emancipação social. Só quando Marx mergulhou na economia política essa questão se tornou mais nítida.

A descoberta do proletariado, bem como da revolução social, corresponde ao momento em que Marx trocou Kreuznach por Paris e a companhia dos jovens hegelianos pela do proletariado. Chegando a Paris, ele escreveu *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução* e, em seguida, os *Manuscritos econômico-filosóficos*. É o trânsito entre a filosofia e a economia política, sem que isso signifique o abandono da filosofia. Marx jamais abandonou a filosofia. Nas palavras de Mészáros (2008, p. 91), “a filosofia permanece como parte integrante da luta pela emancipação”.

Não por acaso, já no século XX, Lênin (2011, p. 157) escreveu que “É impossível compreender completamente O Capital, especialmente seu primeiro capítulo, sem ter estudado exaustivamente e sem ter compreendido toda a Lógica de Hegel. Consequentemente, meio século depois, nenhum dos marxistas compreendeu Marx”.

Agora, pensamos que é necessário avançar e nos concentrar em sua descoberta – para usar aqui o substantivo feminino preferido do Althusser – do proletariado e da economia política. Foi a partir do estudo da economia política que Karl Marx começou a entender o papel ativo e não passivo, inerte, do proletariado. O direcionamento dos seus estudos para economia política deveu-se, em grande parte, ao texto de Engels, *Esboço para uma crítica da economia política*, redigido entre dezembro de 1843 e janeiro de 1844, foi publicado nos Anais franco-alemães em 1844, no intervalo de tempo em que Marx escreveu a *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*. Notamos que foi exatamente nos Anais que Marx publicou a *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, *Para a Questão judaica* e dois outros textos. Marx considerou o texto de Engels um esboço genial da economia política. Nele, Engels, ao historicizar a propriedade, estava, ao mesmo tempo, indicando o seu caráter provisório, vindo a lume a perspectiva dialética e materialista do seu método de exposição.

No caso do proletariado, a insurreição dos tecelões da Silésia, ocorrida na primeira semana de junho de 1844, afetou qualitativamente a visão do jovem Marx acerca dessa classe. Nas palavras de Löwy (2002), essa insurreição desempenhou, para Marx, um papel

“catalisador”, evidenciando “a tendência potencialmente revolucionária do proletariado”. A sua aproximação com a Liga dos Justos se intensificou e o que aconteceu depois é arquiabido: a elaboração do *Manifesto comunista*, a mudança de denominação de Liga dos Justos para Liga dos Comunistas etc.

O fato é que se abriu uma nova perspectiva analítica para Marx, unindo-se as duas pontas do fio: a crítica da economia política e o proletariado como sujeito ativo da emancipação social, centrada na perspectiva do trabalho.

Os *Manuscritos econômico-filosóficos*, nascidos nesse contexto de agitação social e intelectual, foram escritos em pouquíssimos meses, de abril a agosto de 1844, na cidade de Paris, porém, só foram publicados em 1932. Marx reclamou que a economia política constrói um mundo às avessas, como sugere Celso Frederico (2009). A questão é: A educação, tal como é praticada nas salas de aulas, sufocada pela força do capital, também não ajudaria a construir esse mundo às avessas? Se a resposta a essa questão for afirmativa, as pesquisas não deveriam também apontar para a análise crítica desse modelo de educação que constrói um mundo às avessas?

Na indústria, a produção cria miséria para o trabalhador e riqueza para o patrão, materializada na propriedade privada. E qual a relação da escola que temos e a fábrica? E o canteiro de obras? E a mina? E a empresa de um modo geral?

Marx falou de depreciação do ser humano. Em que sentido a legislação educacional estabelece nexos com essa realidade? Em que sentido o Estado atua para subordinar toda a energia do estudante e da estudante aos critérios da produção burguesa? Como a educação pode contribuir para superação desse estado de depreciação? Isso é possível sem a emancipação centrada na perspectiva do trabalho?

Consideramos que essas são questões sobre as quais o pesquisador escolado em Marx não pode deixar de imprimir uma preocupação e um foco especial. Sem responder a essas indagações não é possível descortinar o horizonte de uma emancipação prática do gênero humano que, vista em perspectiva, para Marx, só poderia se consolidar em um terceiro momento, que não era religioso e nem político, mas econômico-social.

Nesse devir, a educação deve ser entendida, de um ponto de vista rigorosamente marxista, como uma mediação histórica no sentido da formação do ser social como um aspecto necessário no percurso emancipatório, que não começa e nem termina na educação, mas inevitavelmente passa por ela.

Assim como a classe trabalhadora luta por melhores condições de trabalho e se organiza em associações, sindicatos e partidos, ela também deve travar o embate por essa formação do seu ser social mediante a escola, ainda que essa formação, evidentemente, extrapole o ambiente escolar. O importante, contudo, é entender o lugar do trabalho na reflexão marxiana. O trabalho é a mediação entre homem e natureza, e dessa interação deriva todo o processo de formação humana. Acontece que, no capitalismo, o trabalho nas fábricas, nos campos de cultivo e em outros espaços corresponde a um martiricídio do ponto de vista da classe trabalhadora.

Jesus Ranieri, na apresentação que realiza do texto marxiano, sustenta que “a marca maior dos Manuscritos econômico-filosóficos está na demonstração do estranhamento genérico do ser humano sob o pressuposto do trabalho subordinado ao capital” (Ranieri, 2010, p. 13). Mais adiante, ele completa:

Os Manuscritos econômico-filosóficos podem ser considerados uma grande síntese daqueles aspectos que são, por um lado, emancipadores e, por outro, condicionantes de nossa obrigação cotidiana diante das diretrizes da subordinação do trabalho ao capital (Ranieri, 2010, p. 14).

Gostaríamos de fazer uma observação que julgamos indispensável: ao examinarmos cuidadosamente os *Manuscritos*, percebemos que Marx não fez migrar considerações externas ao seu objeto, no caso a economia política, mas se debruçou sobre esse objeto para revelar as suas contradições.

Em sua pedagogia, Marx (2010b, p. 31) demonstrou que a economia política conhece o trabalhador apenas como animal de trabalho, como uma besta reduzida às mais estritas necessidades corporais. Nesse caso, não há qualquer preocupação acerca das qualidades pessoais ou humanas. Efetiva-se nisso a pedagogia de ferro do capital.

A esse respeito, Marx reproduziu exatamente as palavras do mais admirável dos representantes da economia política, David Ricardo:

As nações são apenas oficinas da produção, o homem é uma máquina de consumir e produzir; a vida humana, um capital; as leis econômicas regem cegamente o mundo, para Ricardo, os homens não são nada; o produto, tudo (Marx, 2010b, p. 56).

Uma educação pensada em uma perspectiva emancipatória deve inverter essa lógica. Marx (2010, p. 80) afirmou que “Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens”. Para ele, o capitalismo é uma oficina que deforma o trabalhador, física e espiritualmente. Em suas palavras, “[...] quanto mais bel formado o produto (do trabalhador) mais deformado ele fica. Quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador” (Marx, 2010, p. 82).

Então, o trabalho aparece em sua manifestação mais dolorosa:

O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (Marx, 2010, p. 82).

Em suma, o capital e o seu regime de propriedade privada desumanizam o trabalhador e a trabalhadora e, portanto, mais do que formação, esse trabalhador e essa trabalhadora estão submetidos a um doloroso processo de deformação. Com o capitalismo de plataforma e as centenas de milhares de entregadores pelas ruas do Brasil, aquela e aquele que pesquisam na área de educação podem perfeitamente tornar isso alvo de pesquisa, com a delimitação de temas e a demarcação de objetos de investigação. Marx estudou a classe trabalhadora do seu tempo. Nós precisamos estudar a classe trabalhadora do nosso tempo, que, aliás, é muito mais diversificada e complexa.

Quando Marx (2010b, p. 83) escreveu que “a atividade do trabalhador não é a sua autoatividade” e que “Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo”, como não pensar nas centenas e centenas de entregadores que passam diante de nós em poucos minutos ou em poucas horas que estamos caminhando pelas ruas da cidade?

O maquinário e a tecnologia de uma maneira geral cada vez mais dominam a nossa classe, confirmando as palavras de Marx (2010b, p. 141): “A máquina acomoda-se à debilidade do ser humano para tornar o ser humano débil uma máquina”. Nesse caso, para

usar as palavras do teórico, o trabalho “não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre” no trabalhador, “mas mortifica sua phisis e arruína o seu espírito” (Marx, 2010b, p. 82-83). Isso posto, “Se a minha própria atividade não me pertence, é uma atividade estranha, forçada, a quem ela pertence, então? (Marx, 2010b, p. 86).

Apesar dessas descrições e indagações penosas, o jovem Marx confiava na classe trabalhadora. Não acidentalmente, ele afirmou que: “[...] a nobreza da humanidade nos ilumina a partir dessas figuras endurecidas pelo trabalho” (Marx, 2010b, p. 146). Como a ciência humana e histórica está muito fragmentada, essa é uma questão para ocupar filósofos, pedagogos, psicólogos, historiadores, sociólogos e uma infinidade de estudiosos. E quando vemos que os deputados votam sorridentes por reformas, como a do Ensino Médio, que retiram do filho e da filha do trabalhador e da trabalhadora o direito de estudar para valer disciplinas como história, geografia, sociologia e filosofia, não há como não dar razão o Marx (2010, p. 90): “O não trabalhador faz contra o trabalhador tudo o que o trabalhador faz contra si mesmo, mas não faz contra si mesmo o que faz contra o trabalhador”. Basta ver que as escolas das filhas e dos filhos dos estratos médios e da burguesia seguem estudando o que é proibido às filhas e aos filhos da classe trabalhadora.

Desse modo, a classe trabalhadora segue sendo deformada pela produção que a produz, e, portanto, cada indivíduo da classe trabalhadora segue sendo produzido como um ser desumanizado. Para Marx, contudo, a produção que desumaniza o trabalhador também desumaniza o capitalista. Por isso, o comunismo significa o retorno do “homem” para si enquanto “homem social”, isto é, humano (Marx, 2010b, p. 105). Os nossos órgãos imediatos devem se tornar órgãos sociais, para que eles se tornem órgãos da nossa externalização de vida e um modo de apropriação da vida humana. A educação cumpriria aqui papel fundamentalmente relevante, assim como a arte e a ciência. Marx entendia que, para o ouvido não musical, a mais bela música não tem nenhum sentido. É exatamente nesse ponto que entra a ação pedagógica, o trabalho da educação “para fazer humanos os sentidos do homem”.

Lembremos aqui do mestre Dermeval Saviani (2011, p. 13): “O trabalho educativo visa a produzir, direta e intencionalmente, a humanidade em cada indivíduo particular”.

Assim, a classe trabalhadora deve se apropriar do conhecimento histórico produzido pela humanidade, *dominar o que os dominantes dominam*. Em uma perspectiva marxiana, é preciso localizar que a formação do indivíduo é resultado não apenas da educação como prática social específica, mas também de outras práticas sociais. Por exemplo, a luta de classes tem um aspecto nitidamente crítico-formativo. Até uma greve pode ser pensada nesses termos. Logo, o processo de educação integra-se a outras práticas formativas.

Aqui podemos até abrir um novo parêntese: Se a educação é um fenômeno social que tem por tarefa precípua preparar os seres humanos para responder às exigências e às demandas no decurso da vida, o marxismo não seria, nesse âmbito, uma mediação necessária em termos de uma formação genuinamente crítica para responder às premências da vida?

Deixamos essa questão apenas como provocação adicional. Por fim, não devemos nos esquecer de que “O homem rico é simultaneamente o homem carente de uma totalidade da manifestação humana de vida” (Marx, 2010b, p. 112). Essa totalidade é possível nos limites do capitalismo e, portanto, de seu modelo de propriedade privada e de divisão social do trabalho?

À primeira vista, para Marx, a luta por essa totalidade começa agora e não depois. E qual o papel do educador nessa luta senão o de se constituir como um ser humano que atue efetivamente sobre os outros de modo estimulante e encorajador, apontando, necessariamente, para além da atual ordem de coisas, em um horizonte nitidamente emancipatório? Para Marx, o comunismo era, sobretudo, o momento efetivo necessário da emancipação e da recuperação humanas para o próximo desenvolvimento histórico.

Nesses termos, duas ilações finais devem ser ressaltadas: a primeira é de que o capitalismo não corresponde ao momento efetivo da emancipação e da recuperação humanas; a segunda é de que o comunismo não é a derradeira estação do desenvolvimento histórico.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Tradução de Maria Eleonor F. R. Loureiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

ANDERSON, Kevin B. **Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais**. Tradução de Alan M. Hillani e Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2019.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução de Waltensin Harris, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx 1843-1844: as origens da ontologia do ser social**, São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LÊNIN, V. I. **Cadernos sobre a dialética de Hegel**. Tradução de José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. Tradução de Anderson Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2002.

MANACORDA, Mário. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira. Campinas: Editora Alínea, 2007.

MANDEL, Ernest. **Marxismo: uma introdução**. São Paulo: Usina Editorial, 2023.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus, São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, Karl. **Para a questão judaica**. Tradução de José Barata-Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**. Tradução de Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. Prólogo. *In*: MARX, Karl. **Para a questão judaica**. Tradução de José Barata-Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 9-38.

RANIERI, Jesus. Apresentação, *in*: Marx, Karl - **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 11-18.

SARTORI, Vitor. Apresentação: uma conversa com Lukács. **Verinotio Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, Rio das Ostras, ano XII, v. 23, n. 2, p. 235-251, nov./2017. Disponível em: <https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/291>. Acesso em: 15 dez. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Prefácio à edição brasileira. In: MANACORDA, Mário. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira. Campinas: Editora Alínea, 2007. p. 13-20.

Recebido em: 10 de março de 2026

Aceito em: 9 de maio de 2026

Publicado online em: 14 de maio de 2026